



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

## RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA

PROCESSO N.º:	1849344/2024
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE
CNPJ:	03.238.888/0001-93
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESAS	SILVANO PEREIRA NEVES
RELATOR:	ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	NOVO HORIZONTE DO NORTE
NÚMERO OS:	4473/2025
EQUIPE TÉCNICA:	THIAGO BRAGA ROSLER





## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. ANÁLISE DA DEFESA</b>	<b>3</b>
<b>3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES</b>	<b>13</b>
<b>4. CONCLUSÃO</b>	<b>14</b>
<b>4. 1. RESULTADO DA ANÁLISE</b>	<b>14</b>





## 1. INTRODUÇÃO

Trata-se de análise de defesa apresentada pelo Senhor Silvano Pereira Neves (Doc. nº 647242/2025), referente às irregularidades apontadas no Relatório Preliminar de Auditoria das Contas Anuais de Governo do exercício 2024 do município de Novo Horizonte do Norte.

## 2. ANÁLISE DA DEFESA

A seguir, são apresentadas as análises de defesa para cada um dos achados constantes no relatório preliminar de Contas Anuais de Governo de 2024:

**SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2024**

**1) CB03 CONTABILIDADE\_GRAVE\_03.** Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

*1.1) Não foram efetuados os registros contábeis por competência da gratificação natalina, das férias e do adicional de 1/3 das férias. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

**Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

### **Manifestação da Defesa:**

A Prefeitura informou que pagou aos servidores efetivos o 13º salário até 31/12/2024, sempre realizando o depósito para os servidores nos respectivos meses de aniversários.

O gestor defende que, como a falta de registros patrimoniais por competência não comprometeu a regularidade das contas nem gerou prejuízo, dolo ou má gestão, o apontamento deve ser afastado e convertido em mera recomendação à gestão atual.





### **Análise da Defesa:**

Em que pese a informação prestada pela prefeitura sobre os pagamentos nos meses dos servidores efetivos, a justificativa não afasta a irregularidade.

A inobservância dos princípios da competência e da oportunidade compromete a fidedignidade dos demonstrativos contábeis, em violação direta à NBC TSP 11 e à Portaria STN nº 548/2015.

A ausência de registros de despesas obrigatórias de natureza trabalhista configura falha material e reiterada nas contas públicas, não podendo ser relativizada com base em suposta ausência de impacto patrimonial. Logo, conclui-se pela manutenção da irregularidade.

### **Resultado da Análise: MANTIDO**

**2) CB04 CONTABILIDADE\_GRAVE\_04.** Ausência de registros contábeis de atos e/ou fatos relevantes que implicam a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; e Lei nº 6.404/1976).

*2.1) A União informou R\$ 3.736.941,68 a título de transferência para o FUNDEB enquanto o Município contabilizou R\$ 3.634.574,33, gerando uma inconsistência contábil de R\$ 102.367,35 contabilizado a menor pela Prefeitura. Também há inconsistência de R\$ 312,37 contabilizado a menor pela Prefeitura nas informações sobre as Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União). - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

**Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

### **Manifestação da Defesa:**

A Prefeitura informou que, em relação ao FUNDEB, havia uma parcela do VAAR que não foi considerada pela equipe técnica (p. 4 do Anexo 10 da Defesa). Já em relação às Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União), o gestor informou o saldo correto na defesa.

### **Análise da Defesa:**





Diante dos esclarecimentos prestados pela Defesa, fica sanado o presente item.

### **Resultado da Análise: SANADO**

**3) CB05 CONTABILIDADE\_GRAVE\_05.** Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

3.1) *O valor orçamentário apresentado no Balanço Orçamentário é de R\$ 46.810.406,07, estando divergente do valor informado no Sistema Aplic, que é de R\$ 41.979.624,00. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

**Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

### **Manifestação da Defesa:**

A Prefeitura informou que houve créditos adicionais autorizados pelas Leis n.º 1491/2024, Lei n.º 1499/2024 e Lei n.º 1500/2024. Após realizadas essas considerações, o gestor informa que os valores concedidos pelas leis convergem com o valor apresentado no Balanço Orçamentário.

### **Análise da Defesa:**

O Balanço Orçamentário que a Prefeitura apresentou (p. 132 da Defesa) demonstrou que o valor apresentado ainda está em divergência com as informações apresentadas no Sistema Aplic.

Os instrumentos legais apresentados (Lei n.º 1491/2024, Decreto n.º 040 /2024, de 10/05/2024, R\$ 1.202.248,87; Lei n.º 1499/2024, Decreto n.º 061/2024, de 10/07/2024, R\$ 2.823.533,50; Lei n.º 1500/2024, Decreto n.º 062/2024, de 10 /07/2024, R\$ 800.000,00) já estavam contabilizados no relatório preliminar, conforme Quadro 1.7.

Dessa forma, mantém-se a irregularidade.





### **Resultado da Análise: MANTIDO**

3.2) O Balanço Patrimonial ao final do exercício de 2024 apresenta divergência de - R\$ 3.557,00 quanto aos totais do Ativo e o Passivo entre si. O valor do patrimônio líquido de 2024 foi reduzido e o resultado patrimonial evidenciado na DVP demonstra que as variações patrimoniais aumentativas foram superiores às diminutivas, o que acarretaria aumento no PL, mas não foi evidenciado no balanço patrimonial. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

**Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

#### **Manifestação da Defesa:**

A Prefeitura apresentou o Balanço Patrimonial, solicitando o saneamento da irregularidade, já que os saldos não contém divergência.

#### **Análise da Defesa:**

A diferença apontada na irregularidade é no balanço consolidado do ente, sendo que a Prefeitura não sanou este apontamento.

No entanto, diante da pequena relevância do achado, fica ele excluído do relatório conclusivo.

**Resultado da Análise: SANADO**

**4) DA02 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVISSIMA\_02.** Restos a pagar inscritos em fonte/destinação de recursos sem disponibilidade de caixa suficiente para o pagamento da obrigação no exercício seguinte (art. 1º, § 1º, art. 25, § 1º, IV, “c”, da Lei Complementar nº 101/2000; Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF/STN).

4.1) A fonte de recursos 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados apresentou indisponibilidade financeira de R\$ 408.167,03. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

**Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

#### **Manifestação da Defesa:**





A Prefeitura informou que tem Convênio n.º 0516/2021 com o Estado do Mato Grosso. Dentro desse convênio, o gestor apresentou tela do SIGCon (p. 13 da Defesa) demonstrando que havia repasse pendente de R\$ 714.986,51, isso em 11/11/2024.

### **Análise da Defesa:**

Diante do teor do que foi apresentado pela Defesa, deve-se atenuar a presente irregularidade, haja vista que havia saldo a ser transferido e que o saldo da Fonte 701 ficou inscrito em restos a pagar não processados.

No presente caso, a Prefeitura não tinha recursos para realizar o empenho. O fato de ter saldo a ser repassado configura atenuante, nos termos da resolução Normativa TCE/MT nº 43/2013, mas não regulariza a situação.

### **Resultado da Análise: MANTIDO**

**5) DB99 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVE\_99.** Irregularidade referente a “Gestão Fiscal/Financeira” não contemplada em classificação específica).

5.1) *A meta de resultado primário era de R\$ 320.000,00 em superávit, mas o resultado alcançado foi deficitário em R\$ 2.327.635,49.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

**Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

### **Manifestação da Defesa:**

O gestor afirma que o orçamento inicial foi alterado em cerca de 39% devido ao excesso de arrecadação, permitindo ampliar e criar novos projetos. Apesar de a meta de superávit de R\$ 320.000,00 não ter sido atingida (resultado de déficit de R\$ 2.327.635,49), houve arrecadação extra. O RREO é destacado como instrumento essencial para avaliar as metas fiscais. Embora a LDO não tenha sido cumprida, o município buscou encerrar 2024 superavitário, ficando em déficit apenas nos convênios com o estado, por fatores externos.





Além disso, a Prefeitura informa que enfrentou crise hídrica entre 2023 e 2024, conforme se observa no Decreto n.º 074/2024.

#### **Análise da Defesa:**

A Prefeitura referenciou a crise hídrica mas não detalhou em que medida ela afetou a situação da Prefeitura nem como impactou especificamente a meta de resultado primário.

Mesmo com o excesso de arrecadação, houve déficit primário considerável (R\$ 2.327.635,49), com o resultado primário estando longe da meta de resultado primário de R\$ 320.000,00 de superávit.

Dessa forma, fica mantido o presente achado, inclusive com a recomendação à Prefeitura para que se atente à meta de resultado primário.

#### **Resultado da Análise: MANTIDO**

**6) FA01 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVISSIMA\_01.** Créditos adicionais - suplementares ou especiais - abertos sem autorização legislativa ou com autorização legislativa posterior (art. 167, V, da Constituição Federal; art. 42 da Lei nº 4.320/1964).

6.1) *As alterações orçamentárias realizadas pelo município totalizaram 39,07% do Orçamento Inicial.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

#### **Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

#### **Manifestação da Defesa:**

A Prefeitura informou que o total em excesso de arrecadação está identificado e justificado pelas Leis Municipais n.º 1.491/2024, 1.499/2024 e 1.500/2024.

#### **Análise da Defesa:**

Diante do que a Defesa apresentou, deve ser sanado o presente item.

#### **Resultado da Análise: SANADO**







**7) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_03.** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

*7.1) Na Fonte 621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual, houve abertura de crédito adicional de R\$ 78.010,09 sem recursos disponíveis. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

**Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

**Manifestação da Defesa:**

A Prefeitura informou que, "Com relação ao achado a abertura de créditos na fonte 621, foram oriundas de transferências fundo a fundo (saúde) do Governo Estadual".

O gestor reiterou que havia superávit financeiro suficiente para cobertura da fonte e disponibilidade de caixa, conforme apurado no quadro 4.3 e 5.2 do anexo do Relatório Preliminar.

**Análise da Defesa:**

Diante do que foi exposto pela Defesa, não havia saldo para abrir o crédito adicional por excesso de arrecadação, conforme quadro 1.5 do relatório preliminar. Nesse sentido, fica mantida a irregularidade.

**Resultado da Análise: MANTIDO**

**8) LB99 RPPS\_GRAVE\_99.** Irregularidade referente a Regime Próprio de Previdência Social - RPPS não contemplada em classificação específica).

*8.1) Divergências conforme item 7.1.5.1 deste relatório. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

**Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**





### **Manifestação da Defesa:**

A Prefeitura informou que errou no preenchimento, por parte da Controladora Interna.

### **Análise da Defesa:**

Diante do esclarecimento apresentado e da baixa relevância do achado, deve-se saná-lo.

### **Resultado da Análise: SANADO**

**9) MB04 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_GRAVE\_04.** Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE-MT (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal; arts. 208, caput, e 209 da Constituição Estadual; Resolução Normativa do TCE-MT nº 14/2021; Resolução Normativa do TCE-MT nº 3/2015; Resolução do TCE-MT de aprovação do leiaute do Sistema Aplic em cada exercício; arts. 157 e 171 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

9.1) *As Contas Anuais de Governo foram prestadas com 12 dias de atraso, conforme quadro anteriormente anexado, extraído do Sistema Aplic. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

### **Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

### **Manifestação da Defesa:**

A Prefeitura informou que o atraso ocorreu devido ao "levantamento de informações para fechamento do exercício, além dos mandatos municipais que estavam se encerrando, demandas da transição etc."

### **Análise da Defesa:**

Não houve justificativa da Prefeitura para sanar a irregularidade no atraso da prestação de contas, que foi de 12 dias. Assim, deve-se manter o item.

### **Resultado da Análise: MANTIDO**





**10) NB02 TRANSPARÊNCIA\_GRAVE\_02.** Descumprimento das disposições da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal; Lei nº 12.527/2011; Guia para implementação da Lei de Acesso à Informação - Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 23/2017).

10.1) *O índice de transparência foi reduzido de prata, no exercício 2023, para intermediário, no exercício 2024.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

**Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

**Manifestação da Defesa:**

A Prefeitura alegou que, em que pese a diminuição, não teve o índice rebaixado para nível crítico.

**Análise da Defesa:**

A Prefeitura não apresentou justificativas para sanar o item, devendo-se manter a irregularidade.

**Resultado da Análise: MANTIDO**

**11) OB02 POLÍTICAS PÚBLICAS\_GRAVE\_02.** Ineficiência no planejamento, na execução, governança e/ou avaliação de programas ou ações do poder público para desenvolvimento, implementação e melhoria das políticas públicas na área de educação (arts. 6º, 37, caput, e 208 da Constituição Federal).

11.1) *Não foram verificadas ações no âmbito escolar para o Combate à Violência contra a Mulher.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

**Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

**Manifestação da Defesa:**

A Prefeitura apresentou defesa para os itens 11 e 12 em conjunto. O gestor informou que "preocupado com o problema social que assola o nosso





país, realizou ações de combate à violência contra a mulher, nas escolas municipais e secretarias de ação social, saúde e educação, em parceria com a Polícia Militar".

A Defesa trouxe imagem dos eventos sobre a temática de combate à violência contra a mulher.

### **Análise da Defesa:**

Diante da documentação probatório apresentada pela Prefeitura, deve-se sanar o presente item.

### **Resultado da Análise: SANADO**

**12) OC20 POLÍTICAS PÚBLICA\_MODERADA\_20.** Ano letivo escolar sem a realização da "semana escolar de combate à violência contra a mulher" (art. 2º da Lei nº 14.164/2021).

12.1) *Não se verificou a realização da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

### **Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

### **Manifestação da Defesa:**

A Prefeitura informou sobre a realização de diversos eventos com a temática de combate à violência contra a mulher.

### **Análise da Defesa:**

Em que pese a Prefeitura ter informado sobre os eventos realizados, não foi possível verificar, especificamente, a realização da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março.

A Lei é específica nesse sentido de haver um evento específico em março com a temática de Combate à Violência contra a Mulher.





Dessa forma, fica mantido o presente item.

**Resultado da Análise: MANTIDO**

**13) ZA01 DIVERSOS\_GRAVISSIMA\_01.** Descumprimento de determinações exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares, acórdãos e/ou pareceres (art. 119 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

13.1) *O cargo de ouvidor encontra-se em aberto, conforme informação constante no endereço eletrônico da Prefeitura de Novo Horizonte do Norte (print a seguir):* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

**Responsável 1: SILVANO PEREIRA NEVES - ORDENADOR DE DESPESAS**

**Manifestação da Defesa:**

A Prefeitura informou que o cargo de ouvidor estava ocupado até 26/12/2024, apresentando documentação comprobatória (p.27 da Defesa).

**Análise da Defesa:**

Considerando-se que apenas em 5 dias do exercício 2024 (de 27/12/2024 a 31/12/2024) não havia ouvidor, é razoável que fique sanado o presente achado.

**Resultado da Análise: SANADO**

### **3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES**

Sugere-se ao Conselheiro Relator que:

- a determinação para que o gestor informe ao TCE-MT os seguintes indicadores de saúde:
  - Mortalidade Infantil
  - Mortalidade Materna





- Taxa de Detecção de Hanseníase (geral)
  - Hanseníase em menores de 15 anos
  - Grau 2 de Incapacidade por Hanseníase
- 
- a expedição de recomendação para que o RPPS conclua os procedimentos para a efetiva certificação do Pró-Gestão RPPS, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria MPS n.º 185/2015, para a implementação do Programa e a obtenção da certificação institucional, conforme Nota Recomendatória COPSPAS n.º 008/2024;
  - a recomendação ao município para que adote providências relacionadas à discussão e viabilidade de aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios acerca das regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas ao seu RPPS, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial;
  - recomende à Prefeitura para que se zele pela observância da meta de resultado primário.

## **4. CONCLUSÃO**

Após a análise dos argumentos e dos documentos apresentados pela Defesa, segue o resultado final sobre as irregularidades:

### **4. 1. RESULTADO DA ANÁLISE**

**SILVANO PEREIRA NEVES** - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2024





**1) CB03 CONTABILIDADE\_GRAVE\_03.** Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

1.1) *Não foram efetuados os registros contábeis por competência da gratificação natalina, das férias e do adicional de 1/3 das férias.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

**2) CB04 CONTABILIDADE\_GRAVE\_04.** Ausência de registros contábeis de atos e/ou fatos relevantes que implicam a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; e Lei nº 6.404/1976).

2.1) SANADO

**3) CB05 CONTABILIDADE\_GRAVE\_05.** Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

3.1) *O valor orçamentário apresentado no Balanço Orçamentário é de R\$ 46.810.406,07, estando divergente do valor informado no Sistema Aplic, que é de R\$ 41.979.624,00.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

3.2) SANADO

**4) DA02 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVISSIMA\_02.** Restos a pagar inscritos em fonte/destinação de recursos sem disponibilidade de caixa suficiente para o pagamento da obrigação no exercício seguinte (art. 1º, § 1º, art. 25, § 1º, IV, “c”, da Lei Complementar nº 101/2000; Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF/STN).

4.1) *A fonte de recursos 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados apresentou indisponibilidade financeira de R\$ 408.167,03.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

**5) DB99 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVE\_99.** Irregularidade referente a “Gestão Fiscal/Financeira” não contemplada em classificação específica).







5.1) *A meta de resultado primário era de R\$ 320.000,00 em superávit, mas o resultado alcançado foi deficitário em R\$ 2.327.635,49.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

**6) FA01 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVISSIMA\_01.** Créditos adicionais - suplementares ou especiais - abertos sem autorização legislativa ou com autorização legislativa posterior (art. 167, V, da Constituição Federal; art. 42 da Lei nº 4.320/1964).

6.1) *SANADO*

**7) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_03.** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

7.1) *Na Fonte 621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual, houve abertura de crédito adicional de R\$ 78.010,09 sem recursos disponíveis.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

**8) LB99 RPPS\_GRAVE\_99.** Irregularidade referente a Regime Próprio de Previdência Social - RPPS não contemplada em classificação específica).

8.1) *SANADO*

**9) MB04 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_GRAVE\_04.** Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE-MT (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal; arts. 208, caput, e 209 da Constituição Estadual; Resolução Normativa do TCE-MT nº 14/2021; Resolução Normativa do TCE-MT nº 3/2015; Resolução do TCE-MT de aprovação do leiaute do Sistema Aplic em cada exercício; arts. 157 e 171 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

9.1) *As Contas Anuais de Governo foram prestadas com 12 dias de atraso, conforme quadro anteriormente anexado, extraído do Sistema Aplic.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA







**10) NB02 TRANSPARÊNCIA\_GRAVE\_02.** Descumprimento das disposições da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal; Lei nº 12.527/2011; Guia para implementação da Lei de Acesso à Informação - Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 23/2017).

10.1) *O índice de transparência foi reduzido de prata, no exercício 2023, para intermediário, no exercício 2024.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

**11) OB02 POLÍTICAS PÚBLICAS\_GRAVE\_02.** Ineficiência no planejamento, na execução, governança e/ou avaliação de programas ou ações do poder público para desenvolvimento, implementação e melhoria das políticas públicas na área de educação (arts. 6º, 37, caput, e 208 da Constituição Federal).

11.1) *SANADO*

**12) OC20 POLÍTICAS PÚBLICA\_MODERADA\_20.** Ano letivo escolar sem a realização da “semana escolar de combate à violência contra a mulher” (art. 2º da Lei nº 14.164/2021).

12.1) *Não se verificou a realização da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

**13) ZA01 DIVERSOS\_GRAVISSIMA\_01.** Descumprimento de determinações exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares, acórdãos e/ou pareceres (art. 119 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

13.1) *SANADO*

Em Cuiabá-MT, 3 de setembro de 2025

---

**THIAGO BRAGA ROSLER**

AUDITOR PÚBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

